DocuSign Envelope ID: 6F5C302C-4EA4-4A3E-8383-BD0026D0E767

www.pwc.com.br

Associação Direitos Humanos em Rede

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 e relatório do auditor independente

pwc

DocuSign Envelope ID: 6F5C302C-4EA4-4A3E-8383-BD0026D0E767

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e aos membros dos
Conselhos Fiscal e Deliberativo
Associação de Direitos Humanos em Rede

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação de Direitos Humanos em Rede ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Direitos Humanos em Rede em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", incluindo as disposições contidas na Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidades sem Finalidade de Lucros".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e de acordo com a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidades sem Finalidade de Lucros", que regulamenta a contabilidade das entidades sem finalidade de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

DocuSign Envelope ID: 6F5C302C-4EA4-4A3E-8383-BD0026D0E767

Associação de Direitos Humanos em Rede

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 5 de abril de 2023

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Ricardo Barth de Freitas
Signed By: RICARDO BARTH DE FREITAS:28107353870
CPF: 28107353870
Signing Time: 05 April 2023 | 14:57 BRT
ICP Brasil
2C4D818B9211480C6620A6C6BF1A51E

Ricardo Barth de Freitas
Contador CRC 1SP235228/O-5

DocuSign Envelope ID: 6F5C302C-4EA4-4A3E-8383-BD0026D0E767

ASSOCIAÇÃO DIREITOS HUMANOS EM REDE

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

Ativo

	Nota explicativa	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	43.261.561	24.037.006
Outras contas a receber	4	30.583	70.606
Despesas antecipada	5	44.109	
		43.336.253	**24.107.612**
Não circulante			
Depósitos judiciais		220.828	128.779
Imobilizado	6	318.055	320.839
Intangível	6	30.100	45.371
		568.983	**494.988**
Total do ativo		**43.905.236**	**24.602.600**

Passivo e patrimônio líquido

	Nota explicativa	2022	2021
Circulante			
Contas a pagar		8.263	322
Obrigações sociais	7	662.411	528.446
Doações antecipadas	8	32.805.693	17.238.531
		33.476.369	**17.767.299**
Não circulante			
Obrigações fiscais a recolher	13	248.539	129.848
		248.539	**129.848**
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	9	10.180.328	6.705.453
Total do passivo e patrimônio líquido		**43.905.236**	**24.602.600**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DocuSign Envelope ID: 6F5C302C-4EA4-4A3E-8383-BD0026D0E767

ASSOCIAÇÃO DIREITOS HUMANOS EM REDE

conectas direitos humanos

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Receitas com doações			
Doações nacionais		660.517	508.823
Doações do exterior		11.792.967	9.117.209
Receitas com voluntários	10 (b)	2.677	732
		12.456.161	**9.626.764**
Despesas das atividades			
Despesas continuadas	10 (a)	(3.878.336)	(3.294.303)
Voluntariado	10 (b)	(2.677)	(732)
Despesas tributárias	10 (c)	(221.139)	(39.189)
Recuperação de despesas	10 (d)	177.839	128.065
Custos das áreas temáticas	10 (e)	(9.400.427)	(5.967.844)
		(13.324.740)	**(9.174.003)**
Superávit / (Déficit) antes do resultado financeiro		(868.579)	452.761
Rendimento de aplicação financeira		4.348.740	989.609
Outras receitas financeiras		1.221	8
Despesas bancárias		(6.507)	(1.846)
Outras despesas financeiras		-	(58)
Resultado financeiro	11	**4.343.454**	**987.713**
Superávit do exercício		**3.474.875**	**1.440.474**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DS DS

DocuSign Envelope ID: 6F5C302C-4EA4-4A3E-8383-BD0026D0E767

ASSOCIAÇÃO DIREITOS HUMANOS EM REDE

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Superávit do exercício		3.474.875	1.440.474
Resultado abrangente decorrente e ajustes			-
Resultado abrangente total		**3.474.875**	**1.440.474**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DocuSign Envelope ID: 6F5C302C-4EA4-4A3E-8383-BD0026D0E767

ASSOCIAÇÃO DIREITOS HUMANOS EM REDE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**5.264.979**	**-**	**5.264.979**
Superávit líquido do exercício		1.440.474	1.440.474
Destinação do superávit	1.440.474	(1.440.474)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**6.705.453**	**-**	**6.705.453**
Superávit líquido do exercício		3.474.875	3.474.875
Destinação do superávit	3.474.875	(3.474.875)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**10.180.328**	**-**	**10.180.328**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DocuSign Envelope ID: 6F5C302C-4EA4-4A3E-8383-BD0026D0E767

ASSOCIAÇÃO DIREITOS HUMANOS EM REDE

conectas direitos humanos

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	**3.474.875**	**1.440.474**
Depreciações e amortizações	103.762	64.803
Ajustes Laudo Imobilizado	18	-
Ajustes por perda	-	(72)
Superávit do exercício ajustado	**3.578.655**	**1.505.205**
(Aumento)/redução em ativos		
Outras contas a receber	(4.087)	(6.375)
Depósitos judiciais	(92.049)	(14.386)
Aumento/(redução) em passivos		
Contas a pagar	7.941	(10.787)
Obrigações sociais	133.966	123.610
Obrigações tributárias	118.691	13.471
Doações antecipadas	15.567.163	2.292.794
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**19.310.280**	**3.903.532**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(99.266)	(214.165)
Baixa do imobilizado	13.541	21.751
Caixa líquido utilizado das atividades de investimento	**(85.725)**	**(192.414)**
(Redução)/aumento de caixa e equivalentes de caixa	**19.224.555**	**3.711.118**
Caixa e equivalentes de caixa no fim exercício	43.261.561	24.037.006
Caixa e equivalentes de caixa no início exercício	24.037.006	20.325.888
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**19.224.555**	**3.711.118**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DS DS

DocuSign Envelope ID: 6F5C302C-4EA4-4A3E-8383-BD0026D0E767

1. Contexto operacional

A Associação Direitos Humanos em Rede ("Conectas" ou "Entidade") é uma organização não governamental internacional, sem fins lucrativos, fundada em setembro de 2001 em São Paulo - Brasil. Sua missão é promover a efetivação dos direitos humanos e do Estado Democrático de Direito, no Sul Global - África, América Latina e Ásia.

Desde janeiro de 2006, tem status consultivo junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e, desde maio de 2009, dispõe de status de observador na Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos. Sua visão é de um mundo justo, com um movimento de direitos humanos realmente global, diverso e efetivo, onde instituições nacionais e a ordem internacional sejam mais transparentes, efetivas e democráticas.

1.1 Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19

Desde o início da pandemia a Conectas definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais.

Neste cenário, a Conectas vem monitorando os efeitos de suas atividades e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras.

1.2 Conflito entre Russia e Ucrânia

Governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos e a União Europeia, anunciaram durante os meses de fevereiro e março de 2022 sanções a certos setores industriais na Rússia. Essas e quaisquer sanções adicionais, bem como quaisquer possíveis respostas dadas pelos governos da Rússia ou de outras jurisdições não afetam, financeiramente, os nossos negócios.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e descrição das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades sem fins lucrativos, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME – "Contabilidade para pequenas e médias empresas" e em conformidade com a ITG 2002 – Entidades sem finalidade de lucros aprovada pela Resolução 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

O valor justo dos trabalhos voluntários e das gratuidades é apresentado na Nota Explicativa 11.

DocuSign Envelope ID: 6F5C302C-4EA4-4A3E-8383-BD0026D0E767

Na elaboração das demonstrações contábeis foi necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações, incluindo estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, a apuração do valor justo dos ativos financeiros, provisões necessárias para contingentes e outras avaliações. O resultado real pode apresentar variação em relação a essas estimativas. A Conectas revisa essas estimativas e premissas pelo menos quando da preparação das demonstrações contábeis.

As presentes demonstrações contábeis foram autorizadas pela Diretoria da Administração em 05 de abril de 2023.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Conectas e, também, a sua moeda de apresentação.

Resumo das práticas contábeis

2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras, com liquidez diária, que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizadas pela Conectas para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.2. Ativos financeiros

A Administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (b) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

As aplicações financeiras são classificadas como mensurados ao valor justo no resultado. Sua mensuração está detalhada no item (a) abaixo.

a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado (déficit/superávit)

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do superávit na rubrica "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do superávit afetada pela referida operação.

DocuSign Envelope ID: 6F5C302C-4EA4-4A3E-8383-BD0026D0E767

(b) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem outras contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando método da taxa de juros efetiva, quando aplicável.

2.3 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição. Os bens recebidos em doação, pelo valor destacado em documento firmado pelo doador ou, na ausência deste, pelo valor simbólico de R$ 1 (um real), em contrapartida da conta de receita de doações. As depreciações são calculadas pelo método linear às taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme demonstrado na Nota Explicativa 6.

(a) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os ativos não financeiros são revisados periodicamente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo é testado.

Uma perda pela redução do valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso.

(b) Intangível

Os intangíveis são software que foram comprados e são necessários para utilização nos computadores da organização (sistemas operacionais Windows e Office, na sua grande maioria).

2.4. Contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

DocuSign Envelope ID: 6F5C302C-4EA4-4A3E-8383-BD0026D0E767

2.5 Tributos incidentes sobre as operações

A Conectas é uma entidade sem fins lucrativos, isento de recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro líquido (Nota Explicativa 11). Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias da atividade, destacamos os seguintes: (a) Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos; (b) contribuição para a Associação Nacional do Seguro Social (INSS) - pagamento integral da contribuição patronal e de empregados; (c) IRRF sobre rendimentos de aplicações financeiras - retenção feita regularmente pelas instituições financeiras; (d) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - contribuição de 8% incidente sobre o montante da folha de pagamentos.

2.6 Demais ativos e passivos circulantes

Os ativos são demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos e deduzidos por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável. Os passivos registrados são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

2.7 Passivo não circulante

O passivo não circulante é composto de contingências por demandas judiciais descritas na Nota Explicativa 13.

2.8 Patrimônio líquido

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores e por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

2.9. Apuração do resultado

As receitas com doações e contribuições são reconhecidas contabilmente quando recebidas. Demais despesas e receitas são apuradas pelo regime de competência.

Ao final do exercício, os recursos não utilizados e que estão comprometidos com projetos são classificados no passivo como “Doações antecipadas” e seu reconhecimento no resultado se dará quando esses recursos forem utilizados.

DocuSign Envelope ID: 6F5C302C-4EA4-4A3E-8383-BD0026D0E767

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Contas-correntes	929	1
Aplicações Financeiras **(*) (**)**	43.260.632	24.037.005
	43.261.561	**24.037.006**

(*) Representados por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, remunerados a taxas pós-fixadas em torno de 100% (2021 – 99,70%) ao ano do Certificado de Depósito Interbancário - CDI,.

(**) Parte dos recursos referem-se doações antecipadas de financiamentos sob nossa responsabilidade (vide Nota Explicativa 8).

4. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2022, as outras contas a receber são compostas de adiantamentos a empregados e fornecedores - aquisição de imobilizado (cadeiras) e de serviços de comunicação (Facebook) e manutenção de ar-condicionado.

5. Despesas antecipada

Em 31 de dezembro de 2022, as despesas antecipadas têm origem relativo ao adiantamento de aluguel e seguros D&O e Patrimonial.

6. Imobilizado e Intangível

	2022			2021	
	Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de depreciação/ amortização (%)
Bem Móveis					
Drone	5.500	(3.174)	2.326	3.426	20
Móveis e utensílios	169.144	(128.783)	40.361	47.495	10
Equipamento de Informática	432.217	(244.322)	187.895	215.197	20
Equip. de Telecomunicações	102.674	(25.036)	77.638	41.481	10
Equipamentos eletrônicos	29.914	(20.079)	9.835	13.240	20
	739.449	**(421.394)**	**318.055**	**320.839**	
Bens intangíveis					
Softwares	101.275	(71.175)	30.100	45.371	20
	840.724	**492.569**	**348.155**	**366.210**	

DocuSign Envelope ID: 6F5C302C-4EA4-4A3E-8383-BD0026D0E767

A movimentação do imobilizado e intangível pode ser assim demonstrada:

	2022	2021
Saldos no início do exercício	**366.210**	**238.599**
Aquisição de bens	99.266	214.165
Baixa de bens doados	(47.389)	(21.751)
Ajuste laudo bens	(18)	-
Baixa depreciação bem doado	33.848	-
Depreciação	(88.490)	(64.803)
Amortização	(15.272)	-
Saldos no final do exercício	**348.155**	**366.210**

Em 2022, foi feito o levantamento do ativo, de forma a equalizar os controles gerenciais e contábeis. Tal revisão não afetou o resultado financeiro, sendo que as baixas e os ajustes foram efetuados mediante laudo físico fornecido pela AFIXCODE para atualização dos bens conforme normas contábeis estabelecidas pela NBC TG 1000.

Houve ajustes no saldo dos imobilizados relativo as depreciações conforme laudo técnico levantado pela AFIXCODE em 2022, para que corroborasse com o controle patrimonial gerencial num valor sem relevância para destaque.

7. Contas a pagar

Referem-se principalmente a encargos relacionados à provisão de férias e seus encargos.

8. Doações antecipadas

A Entidade recebeu doações com a finalidade de manutenção e programação dos projetos sociais sob sua responsabilidade.

Do total dos recursos disponíveis em 2022, parte foi aplicadas neste mesmo exercício e parte serão aplicados a partir de 2023 na continuidade dos projetos contratados conforme abaixo:

	2022	2021
Total das receitas recebidas	45.261.855	26.865.295
Aplicadas no exercício	12.456.161	9.626.764
Adiantamentos para o exercício seguinte	**32.805.693**	**17.238.531**
Sobre os adiantamentos para o exercício seguinte:		
Apoios irrestritos	30.978.001	14.975.080
Apoios restritos (projetos específicos)	2.263.451	1.827.693

DocuSign Envelope ID: 6F5C302C-4EA4-4A3E-8383-BD0026D0E767

9. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o patrimônio social inicial, acrescido dos valores dos superávits e diminuído dos déficits ocorridos, a incorporação do resultado do período de 2021 foi efetuado no período corrente de 2022, juntamente com o superávit do exercício apurado no mesmo exercício.

Na hipótese de extinção da Conectas, o patrimônio será necessariamente destinado à entidade ou entidades sem fins lucrativos com propósitos semelhantes, qualificada nos termos da Lei nº 9.790/99.

Na hipótese da Conectas perder a qualificação instituída na Lei nº 9.790/99, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei nº 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

10. Despesas das atividades

	2022	2021
Gastos com pessoal **(a)**	(2.024.112)	(1.575.711)
Serviços prestados Pessoa Jurídica **(a)**	(1.342.996)	(1.454.436)
Serviços prestados Pessoa Física **(a)**	(31.839)	(29.507)
Depreciação e amortização **(a)**	(103.761)	(81.728)
Outras despesas gerais **(a)**	(362.068)	(152.921)
Outras despesas operacionais **(a)**	(13.560)	-
Voluntariado **(b)**	(2.677)	(732)
Despesas tributárias **(c)**	(221.139)	(39.189)
Recuperação de despesas **(d)**	177.839	128.065
Custos com áreas temáticas/iniciativas **(e)**	(9.400.427)	(5.967.844)
Total	**(13.324.740)**	**(9.174.003)**

(a) Despesas continuadas

São despesas referentes as áreas de base da organização, sendo: administrativa e financeira, captação, comunicação e desenvolvimento institucional; estas áreas dão suporte aos programas (áreas temáticas) da Conectas, bem como tratam de assuntos institucionais gerais (governança, gestão de pessoas, relação com donatários, comunicação institucional etc.). O saldo que consta na linha Outras Despesas Operacionais – acima, é explicado com o levantamento de ativos contratado e laudado, onde constatamos ajustes necessários, porém imateriais, para controle gerencial individual de ativos (vide Nota Explicativa 6).

(b) Valor justo dos trabalhos voluntários e gratuidades

Os trabalhos voluntários identificados pela administração, bem como o seu valor justo, podem ser assim descritos:

DocuSign Envelope ID: 6F5C302C-4EA4-4A3E-8383-BD0026D0E767

	2022	2021
Voluntários		
Áreas temáticas	2.677	732
Total	**2.677**	**732**

Esses valores foram reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica de "Receitas com voluntários" com contrapartida em "Despesas das atividades".

O valor justo dos trabalhos voluntários descritos acima, estão apresentados de acordo com a Interpretação ITG-2002 (R1 - 2015) advinda da Resolução CFC no. 1409/12. Foi determinado a partir do valor que a Conectas estaria disposta a pagar a um terceiro para que ele prestasse o mesmo serviço executado pelos voluntários. Nesse sentido, a administração fez sua melhor estimativa de valor justo com base em informações do próprio prestador de serviço, uma vez que, em geral, ele também presta o mesmo serviço para outras entidades, mas com remuneração, e/ou com base em informações de mercado - especialmente no caso de prestação de serviços para a qual há um mercado ativo e maduro, onde as informações sobre o custo de serviços é amplamente divulgado ou de fácil obtenção, sempre considerando o porte e complexidade das operações da Conectas.

(c) Despesas tributárias

As despesas tributárias são compostas, basicamente, do imposto de renda sobre as aplicações financeiras (de acordo com as baixas automáticas por término do prazo de aplicação em CDBs), ou baixas para cobertura de fluxo de caixa, bem como I.O.F sobre fechamento de câmbios de recebimento de recursos e COFINS sobre aplicação financeira (vide Nota Explicativa 13).

(d) Recuperação de despesas

Há, entre Conectas e Instituto Pro Bono, (CNPJ nº 04.613.118/0001-46) um Memorando de Entendimento, onde a Conectas apoia o Instituto Pro Bono compartilhando o espaço e recebe um reembolso de parte das despesas operacionais mensais.

(e) Áreas Temáticas

	2022*	2021
Enfrentamento à Violência Institucional	(1.784.800)	(1.503.442)
Litígio Estratégico	(1.403.357)	(1.069.643)
Fortalecimento do Espaço Democrático	(3.062.520)	(1.803.512)
Desenvolvimento e Direitos Socioambientais	(3.149.751)	(1.591.247)
Total	**(9.400.427)**	**(5.967.844)**

(*) Representadas por:

DocuSign Envelope ID: 6F5C302C-4EA4-4A3E-8383-BD0026D0E767

Área temática	Iniciativa	2022
Enfrentamento à Violência Institucional	Pessoas Privadas de Liberdade	535.665
	Controle das Forças de Segurança e Uso das Forças	483.880
	Política de Drogas	454.346
	Controle de Armas	310.909
	Subtotal da área	**1.784.800**
Litígio Estratégico	Litígio Estratégico	1.403.357
	Subtotal da área	**1.403.357**
Fortalecimento ao Espaço Democrático	Defesa da Sociedade Civil	653.723
	Migração e Refúgio	330.811
	Mobilizações Religiosas e Agenda de Direitos	276.281
	Defesa das Ações Afirmativas Raciais	321.396
	Incidência	967.431
	Revista Sur	410.551
	Trocas sobre futuros possíveis: Existe um 'Novo Normal'?	102.326
	Subtotal da área	**3.062.519**
Desenvolvimento e Direitos Socioambientais	Financiamento do Desenvolvimento	877.212
	Impactos da Indústria Extrativista	1.029.396
	Combate à Escravidão Contemporânea e Precarização do Trabalho	545.759
	Justiça Climática	697.384
	Subtotal da área	**3.149.751**
	Total geral	**9.400.427**

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS
(informações descritivas não auditadas)

ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

Pessoas Privadas de liberdade

O Brasil tem o quarto maior número de pessoas encarceradas no mundo, e essa situação não mudou por anos a fio. Conectas tem uma longa atuação pressionando por mudanças no sistema prisional do país. Através de ações de litigância estratégica nacionais e internacionais, pesquisas, inspeções regulares a presídios e incidências políticas e judiciais, Conectas procura responsabilizar os agentes públicos violadores, além de cobrar aprimoramento dos mecanismos de controle e de transparência nas unidades de privação de liberdade.

Por exemplo, organizamos e realizamos com parceiros uma missão para inspeção e coleta de dados no Complexo Prisional de São Luís (Pedrinhas). Realizamos reuniões com Defensoria Pública e outras organizações para discutir casos individuais de violações graves que foram amputadas durante a visita. No mais, enviamos relatório de inspeção à corte interamericana de direitos humanos sobre as condições na unidade prisional.

Participamos em agosto do seminário internacional de boas práticas de inclusão de egressos do sistema carcerário no mercado de trabalho e de encontros da Rede de Justiça Criminal.

DocuSign Envelope ID: 6F5C302C-4EA4-4A3E-8383-BD0026D0E767

A organização também acompanhou de perto a discussão no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre as mudanças realizadas pelo presidente Jair Bolsonaro no Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT). Através de uma nota pública, a Conectas alertou para o fato de que as alterações representavam um retrocesso no combate à tortura no país, e que o MNPCT é um órgão de extrema importância para a prevenção e combate à prática de tortura em locais de detenção.

Ainda sobre a questão do MNPCT, a Conectas se uniu a outras organizações para denunciar o desmonte do sistema de combate à tortura no Brasil em uma reunião realizada na ONU. As organizações denunciaram a redução no orçamento destinado ao órgão, bem como a falta de nomeação de seus membros.

A organização também chamou a atenção para a visita de um grupo de trabalho da ONU ao Brasil para avaliar o combate à tortura no país. Em um artigo publicado em seu site, a Conectas destacou a importância da visita diante do retrocesso que vem sendo observado nos últimos anos, e reforçou a necessidade de um compromisso real do governo brasileiro no combate a essa prática.

Controle das Forças de Segurança e Uso das Forças

Conectas defende uma mudança profunda do sistema de segurança. Conectas denuncia abusos cometidos por agentes de segurança e busca responsabilizar o Estado por omissão ou mesmo conivência com práticas de violência cometidas pelo seu braço armado contra seus cidadãos. Conectas também se ampara em padrões internacionais para produzir estudos e realizar propostas de mudança institucional incentivando boas práticas relacionadas a mecanismos de controle externo das forças de segurança públicas.

Uma das ações foi a federalização dos casos do Parque Bristol, uma chacina ocorrida no contexto dos Crimes de Maio em 2006, que foi decidida pelo STJ. A Conectas realizou o pedido de federalização em 2009 e acompanhava o caso desde então. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos também admitiu a denúncia de desaparecimentos forçados relacionados aos Crimes de Maio, e a Conectas emitiu uma nota técnica sobre o atendimento especializado para vítimas de violência estatal.

A ADPF das Favelas também teve destaque nas atividades da Conectas em 2022. O STF obrigou o Estado do Rio de Janeiro a apresentar um plano de redução da letalidade policial. No entanto, a sociedade civil contestou o plano e pediu para que o STF não o aceitasse apresentando os critérios que deveriam ser seguidos pelo plano. Houve um vai e vem desse plano, e o momento atual ainda é de incertezas.

A Conectas destacou a importância das câmeras nos uniformes dos policiais para reduzir a letalidade policial. Durante a campanha eleitoral em São Paulo, houve uma discussão sobre o assunto, e no Rio de Janeiro, a Conectas pediu que o STF obrigasse a instalação das câmeras em até 15 dias.

Outra ação importante foi a Nota Técnica sobre a Justiça Militar, lançada em parceria com a FGV Diversidade. A iniciativa teve como objetivo mostrar os problemas da Justiça Militar e destacar as ações no STF que tiveram alguma movimentação em 2022.

Além disso, a Conectas também atuou no caso da Vila Cruzeiro e Genivaldo. A ONG emitiu uma nota pública em maio de 2022 e enviou um ofício ao CNDH, CIDH e ONU, com parceiros sobre o caso em junho de 2022. Houve representação do caso ao Ministério Público Federal em junho de 2022 e outra representação ao CNDH atrelada ao caso da Vila Cruzeiro em 01 de junho de 2022.

DocuSign Envelope ID: 6F5C302C-4EA4-4A3E-8383-BD0026D0E767

Política de Drogas

Conectas vem denunciando há anos as limitações e impactos da Lei de Drogas de 2006, sobretudo na justiça criminal. Juntamente com uma ampla rede de organizações da sociedade civil, a entidade realiza pesquisas, incidência legislativa para evitar novos retrocessos, propõe avanços no sentido de descriminalizar o uso ou regulamentar a produção, o comércio e o consumo de determinadas substâncias, assim como utiliza mecanismos internacionais para fazer denúncias e instiga debates públicos constantes com diferentes setores da sociedade.

Em 2022, a iniciativa de Política de Drogas da Conectas desenvolveu atividades relacionadas às Comunidades Terapêuticas. A organização publicou um relatório inédito sobre o financiamento dessas comunidades, destacando a falta de transparência e de padrões de políticas públicas na área. Além disso, a Conectas realizou um evento virtual de lançamento do relatório, com a presença de especialistas e representantes de organizações da sociedade civil.

A organização também teve uma importante participação na ONU, com uma fala sobre a falta de monitoramento das atividades das Comunidades Terapêuticas pelo Brasil. A Conectas destacou que essas instituições não possuem respaldo científico e frequentemente violam direitos humanos.

As atividades desenvolvidas pela Conectas na área das Comunidades Terapêuticas tiveram repercussão na imprensa nacional e internacional, ajudando a conscientizar a sociedade sobre os problemas relacionados a essas instituições.

Controle de Armas

Em 2022, a Conectas realizou diversas atividades em sua iniciativa de Controle de Armas. Uma delas foi a campanha "Eleições sem violência política", que teve como objetivo sensibilizar a sociedade e as autoridades sobre a importância de se evitar a violência política durante as eleições.

Um dos casos emblemáticos utilizados na campanha foi o do tesoureiro do PT, que foi alvo de um atentado com arma de fogo durante a campanha eleitoral de 2022. A Conectas ressaltou a necessidade de se promover o desarmamento e o controle de armas para evitar esse tipo de situação.

Outra ação importante da Conectas em 2022 foi em relação ao controle de armas nos dias das eleições. A organização comemorou a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de proibir que os Conselhos de Segurança Pública (Cacs) transportem armas e munições durante as eleições, a fim de evitar possíveis conflitos e violência política. A Conectas destacou a importância de se avançar em medidas de controle de armas para garantir a segurança do processo eleitoral e a integridade democrática.

FORTALECIMENTO DO ESPAÇO DEMOCRÁTICO

Defesa da Sociedade Civil

Conectas atua para denunciar e reverter as tentativas de criminalizar e limitar a existência e atuação de organizações, movimentos e defensores de direitos humanos, especialmente ações que se desenvolvem

DocuSign Envelope ID: 6F5C302C-4EA4-4A3E-8383-BD0026D0E767

por meio de legislações e políticas restritivas. Uma forte atuação no Brasil é acompanhada por ações de solidariedade a parceiros em países que também sofrem ameaças nesse campo.

Dentre as atividades, destacam-se aquelas relacionadas à defesa do sistema eleitoral contra ataques infundados e desinformação. Conectas, juntamente com outras organizações, recomendou melhorias nas políticas e atuação das plataformas digitais para proteger a integridade do processo eleitoral brasileiro, além de cobrar das empresas de tecnologia medidas para combater a desinformação e a violência política. Também houve uma comitiva brasileira nos Estados Unidos alertando sobre ameaças de não reconhecimento dos resultados das eleições.

Ainda nessa temática, a Conectas fez uma denúncia internacional na ONU afirmando que o sistema eleitoral brasileiro está sob ataque.

Outra preocupação da iniciativa foi a espionagem sob vigilância. Nesse sentido, a Conectas denunciou o Brasil na ONU por projetos de lei antiterrorismo que poderiam criminalizar o ativismo. Especialistas da ONU manifestaram preocupação com esses projetos.

Migração e Refúgio

Em 2021, Conectas continuou seus esforços para proteger os direitos de migrantes e pessoas em situação de refúgio no Brasil. Isso se deu principalmente por meio da proteção da já estabelecida Lei de Migração e barrando ações do governo que violassem os direitos destes grupos.

Uma das ações foi o repúdio, juntamente com outras organizações, às falas do presidente Jair Bolsonaro sobre meninas venezuelanas. A organização defendeu a proteção dos direitos humanos das meninas e repudiou as declarações do presidente.

Além disso, a Conectas esteve presente em uma visita conjunta com o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) à Roraima para monitorar a situação de migrantes e refugiados no país. Como resultado dessa visita, o CNDH emitiu uma série de recomendações para garantir o respeito aos direitos humanos e à dignidade dessas pessoas em território brasileiro.

A organização também acompanhou de perto as dificuldades enfrentadas pelos afegãos em obter visto humanitário para ingressar no Brasil. A Conectas reforçou a importância da concessão desses vistos para garantir a proteção e o bem-estar dos refugiados afegãos que buscam abrigo e segurança em nosso país.

Mobilização Religiosa e Agenda de Direitos

Conectas trabalha para defender o Estado laico, a liberdade e a pluralidade religiosa. A Conectas, em 2022, realizou diversas atividades dentro de sua Iniciativa para Mobilização Religiosa e Agenda de Direitos. Uma das ações foi o relatório enviado para o Conselho de Direitos Humanos da ONU, que resultou em sete recomendações de direitos humanos feitas ao Brasil durante a Revisão Periódica Universal (RPU), que incluiu uma recomendação sobre a necessidade de proteger a liberdade de religião e crença.

Além disso, a organização promoveu ciclos de debates para combater o racismo religioso, com transmissões ao vivo. Na 51ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, a Conectas juntamente com outras organizações, pediu que o Brasil fosse ativo no combate ao racismo religioso.

DocuSign Envelope ID: 6F5C302C-4EA4-4A3E-8383-BD0026D0E767

Outra ação importante foi o relatório sobre racismo religioso enviado para o Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD). A Conectas também participou do 185º Período de Sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), em uma audiência temática sobre a situação da liberdade religiosa na região.

Defesa das Ações Afirmativas Raciais

Conectas atua ativamente na Defesa das Ações Afirmativas Raciais. Em 2022, a Conectas, em parceria com a Coalizão Negra por Direitos, enviou um relatório à RPU (Revisão Periódica Universal), onde foram apresentadas ações afirmativas raciais desenvolvidas no Brasil. O objetivo foi o de mostrar o impacto positivo dessas medidas na luta contra o racismo estrutural e promover a sua continuidade.

A empresa Magazine Luiza em 2020 foi alvo de uma Ação Civil Pública devido à criação de um programa trainee exclusivo para pessoas negras. A Conectas atuou na ação como amicus curiae durante esse período, oferecendo subsídios à defesa. Em novembro de 2022, a justiça do Distrito Federal considerou a ação improcedente, permitindo que a empresa continuasse a implementar medidas para combater o racismo e promover a inclusão de pessoas negras em sua equipe.

Essas ações evidenciam a importância da Conectas em promover ações afirmativas raciais no Brasil, contribuindo para a redução das desigualdades e o combate ao racismo estrutural.

Revista Sur

O objetivo da **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos** é influenciar a agenda global de direitos humanos, produzindo, promovendo e divulgando pesquisas e ideias inovadoras, principalmente do Sul Global, na prática de direitos humanos.

A edição número 32 tenta responder à pergunta sobre os futuros possíveis para o movimento de direitos humanos num cenário de crise política, econômica e sanitária global, que esbarra em temas importantes que desafiaram ou, ao menos, tensionaram algumas das categorias usadas na nossa chamada de artigos: poder, desinformação e "pós-pandemia" são alguns exemplos. Acreditamos ter reunido um importante e diverso grupo de especialistas da academia, de organizações internacionais e de atores e atrizes da sociedade civil com importantes contribuições à discussão sobre as novas configurações de poder global, o papel da tecnologia e da desinformação nos processos democráticos e, finalmente, sobre os desafios estruturais que essa conjuntura coloca para as organizações de direitos humanos.

DESENVOLVIMENTO E DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS

Financiamento do Desenvolvimento

Conectas realiza o monitoramento e promove ações de incidência destinadas a incrementar a prestação de contas das instituições financeiras de desenvolvimento e promover reformas no marco institucional e normativo que governa a atuação desses intermediários.

DocuSign Envelope ID: 6F5C302C-4EA4-4A3E-8383-BD0026D0E767

No contexto da iniciativa "De olho na OCDE", a Conectas pediu que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) cobrasse altos padrões socioambientais do Brasil, que, segundo a organização, tem retrocedido em relação às políticas ambientais e de direitos humanos. A entrada na OCDE seria uma oportunidade para o país se comprometer com essas questões. Além disso, a Conectas realizou pesquisas para identificar lacunas de governança ambiental e de direitos humanos no Brasil, que foram divulgadas em um relatório conjunto com outras organizações.

A Conectas também participou de uma iniciativa da sociedade civil para cobrar mais compromisso climático do BNDES. A organização e outras entidades divulgaram uma carta aberta ao banco pedindo a revisão das políticas de financiamento e o estabelecimento de metas claras para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e promover o desenvolvimento sustentável.

Essas atividades mostram o engajamento da Conectas em questões socioambientais e de direitos humanos, buscando pressionar autoridades e instituições para assumirem compromissos mais ambiciosos **em relação a esses temas.**

Impactos da Indústria Extrativista

Conectas entende os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos das Nações Unidas como um instrumento importante para proteger os direitos humanos e promover a responsabilidade corporativa. Trabalhamos para aumentar a conscientização a respeito dos princípios e pressionamos o governo brasileiro para implementá-los, apresentando a situação do país em fóruns internacionais.

A Conectas, em parceria com a Comissão Arns, denunciou a falta de compromisso do governo brasileiro em relação às investigações sobre o desaparecimento de Bruno Pereira e Dom Phillips. Ambos eram ativistas de direitos humanos e defensores da floresta amazônica, e desapareceram enquanto documentavam atividades ilegais de desmatamento na região.

Além disso, a organização também concentrou seus esforços na proteção dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais que estavam na linha de frente em relação a projetos de mineração em suas terras. Em uma denúncia feita à ONU, a Conectas alertou para os riscos do projeto de lei que permitiria a mineração em terras indígenas no Brasil, destacando as graves consequências socioambientais que essa medida poderia acarretar.

A Conectas também acompanhou o pedido de indígenas brasileiras por medidas efetivas na proteção da floresta e dos povos da Amazônia. Em um contexto de aumento do desmatamento e degradação ambiental, a organização defendeu a importância da preservação das florestas e da biodiversidade para o bem-estar das comunidades locais e para o equilíbrio ecológico do planeta.

Por fim, a Conectas ainda entrevistou o coordenador da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), que destacou como o governo tem fragilizado todas as ações que fortalecem a vida e os quilombos no Brasil. O coordenador ressaltou a importância de políticas públicas que garantam os direitos das comunidades quilombolas, que enfrentam uma série de desafios, desde a falta de acesso a serviços básicos até a ameaça constante de violência e despejo.

DocuSign Envelope ID: 6F5C302C-4EA4-4A3E-8383-BD0026D0E767

Combate à Escravidão Contemporânea e Precarização do Trabalho

No combate à escravidão contemporânea, a Conectas atua por meio de parcerias com organizações locais de trabalhadores. Junto a essas organizações, Conectas monitora as políticas brasileiras e atua nacional e internacionalmente para barrar retrocessos.

Em uma das ações, a organização mobilizou pessoas candidatas a cargos políticos para assinarem uma carta compromisso contra o trabalho escravo. A iniciativa visou conscientizar os candidatas e candidatos sobre a importância da luta contra essa prática criminosa e engajá-las na causa.

Além disso, a Conectas também participou do lançamento de um documento sobre o sistema de combate ao trabalho escravo contemporâneo, em parceria com outras entidades. O evento foi transmitido online e contou com a participação de especialistas e representantes da sociedade civil.

O documento lançado apresentou propostas para o fortalecimento do sistema de combate ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil, incluindo a criação de mecanismos de prevenção e combate à prática, além de medidas para garantir a proteção e reparação às vítimas.

Em resumo, a Conectas realizou ações importantes em 2022 para combater o trabalho escravo contemporâneo no Brasil, envolvendo desde mobilização política até proposição de medidas para fortalecer o sistema de combate à prática.

Justiça Climática

Conectas busca a adequação de processos políticos, econômicos e sociais aos compromissos das emissões de gases do efeito estufa e combate ao racismo climático.

Conectas realizou o acompanhamento do Pacote Verde e avanços na litigância climática, que teve destaque na mídia. Em um dos dias em que o Supremo Tribunal Federal votou o Pacote Verde, a organização juntamente com outras enviaram um relatório à ONU sobre o desmatamento no Brasil. Além disso, a Conectas também destacou a formação da maioria do STF para obrigar o governo federal a reativar o Fundo Amazônia, caso no qual a organização atua como Amicus Curiae.

Outra atividade importante realizada pela Conectas foi a participação na governança ambiental global e na COP27 no Egito. A organização destacou a importância dos povos indígenas na linha de frente contra o desmatamento e a necessidade de apoio às comunidades indígenas que lutam para proteger o meio ambiente. A Conectas também destacou a importância de governos e empresas assumirem a responsabilidade de proteger o meio ambiente e combater as mudanças climáticas.

Conectas também iniciou ação judicial movida contra a BNDESPar, subsidiária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), exigindo que a empresa se comprometesse com metas climáticas. A organização destacou a importância do setor financeiro assumir a responsabilidade pelas emissões de gases de efeito estufa resultantes dos investimentos que realizam, e da necessidade de se avançar em ações concretas para combater as mudanças climáticas.

DocuSign Envelope ID: 6F5C302C-4EA4-4A3E-8383-BD0026D0E767

Incidência Internacional

O trabalho internacional da Conectas tem como base o monitoramento da Política Externa Brasileira, a construção de solidariedade internacional, o acionamento de mecanismos internacionais e a expressão da voz do Sul Global em fóruns internacionais. A Política Externa Brasileira mudou profundamente, passando a uma posição nos fóruns internacionais de oposição aos direitos das mulheres e da população LGBTI+. Nesse contexto, a Conectas atuou para dar visibilidade a esses posicionamentos dos representantes do Brasil nos fóruns internacionais, particularmente nas sessões do Conselho de Direitos Humanos.

Uma das suas principais atuações foi na capacitação de organizações no Brasil no uso dos mecanismos internacionais de direitos humanos. Através da formação de multiplicadores da Revisão Periódica Universal (RPU), a Conectas selecionou estudantes do Norte do país para receberem formação sobre a revisão da ONU.

No quarto ciclo da RPU, a Conectas, em atuação com o Coletivo RPU Brasil, apontou retrocessos em recomendações de direitos humanos sobre as quais o Brasil deve prestar contas à ONU em 2022. Além disso, realizou sete recomendações de direitos humanos feitas ao Brasil durante a RPU.

A Conectas também se destacou na atuação no Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD), em que discutiu o que a ONU diz sobre as medidas adotadas no Brasil para o combate ao racismo.

LITÍGIO ESTRATÉGICO

Como fica claro nos exemplos de atividades das áreas programáticas, o Litígio Estratégico é uma ferramenta utilizada por todos os programas que atua de forma proativa e reativa, em colaboração com outras organizações do campo e de forma ágil.

Em 2022, a Conectas teve uma atuação significativa na área de litígio estratégico, buscando promover mudanças estruturais e duradouras na defesa dos direitos humanos. Entre suas iniciativas, destaca-se o projeto Litigantes do Futuro, que visa formar uma nova geração de advogados e advogadas comprometidos com a luta pelos direitos humanos.

Através do edital Litigantes do Futuro, a Conectas selecionou clínicas jurídicas de universidades que atuam na defesa dos direitos humanos para participarem do projeto. As clínicas selecionadas receberam formação em litígio estratégico e tiveram a oportunidade de participar de processos judiciais relevantes para a defesa dos direitos humanos no Brasil e na América Latina.

Com o projeto Litigantes do Futuro, a Conectas busca fortalecer a defesa dos direitos humanos através da formação de novas lideranças comprometidas com a causa. A iniciativa contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, em que os direitos humanos sejam respeitados e protegidos.

No mais, a Conectas atuou em 58 casos em 2022, sendo 19 completamente novos.

TROCAS SOBRE FUTUROS POSSÍVEIS: EXISTE UM 'NOVO NORMAL'?

A Conectas sediou o encontro de reflexão para ação “Intercâmbios sobre futuros possíveis: Existe um “Novo Normal”? na cidade de São Paulo em agosto de 2022. Reuniu um grupo de cerca de 20

DocuSign Envelope ID: 6F5C302C-4EA4-4A3E-8383-BD0026D0E767

representantes de organizações do sul global e especialistas convidados para um intercâmbio sobre os impactos para a atuação de organizações de direitos humanos dos acontecimentos recentes durante a pandemia. Havia três tópicos principais de conversa: novas configurações de poder entre os estados, desinformação desafiando os direitos humanos e estruturas organizacionais dentro das ONGs. Uma das principais conclusões foi a necessidade de fomentar mais espaços de intercâmbio como este para reconectar grupos do Sul Global e redesenhar as ações de solidariedade transnacional.

11. Resultado financeiro

	2022	2021
Rendimento de aplicação financeira	4.348.740	989.609
Outras receitas financeiras	1.221	8
Despesas bancárias	(6.507)	(1.846)
Outras despesas financeiras	-	(58)
	4.343.454	**987.713**

12. Imunidade do Imposto de Renda e isenção das contribuições previdenciárias e sociais

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da Entidade, desde que atendidas às demais condições legais.

A Conectas atende aos requisitos da legislação sendo imune do Imposto de Renda (com base no artigo 150 da Constituição Federal) e isento da contribuição social sobre o superávit e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) conforme Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, que dispôs, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas dessa contribuição às receitas relativas às atividades próprias das instituições de caráter cultural a que se refere o artigo 15 da Lei nº 9.532/97. Em consonância com as divulgações requeridas pela NBC ITG -2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros", caso a entidade não fosse isenta a alíquota vigente para recolhimento é 9% (contribuição social) e 7,6% (financiamento da seguridade social - COFINS), 1,65% PIS/FATURAMENTO, 15% (Imposto de Renda). A Conectas tem o título de OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, por Despacho do Secretário Nacional de Justiça, publicado no DOU de 07 de novembro de 2003.

13. Demandas judiciais proveniente de obrigações fiscais a recolher

A partir de 1º de julho de 2015, com vigência do Decreto nº 8426/2015, as pessoas jurídicas tributadas com base no regime não cumulativo devem apurar a contribuição para PIS/PASEP e a COFINS pelas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente.

DocuSign Envelope ID: 6F5C302C-4EA4-4A3E-8383-BD0026D0E767

Define a Lei nº 10.637/02, em seu artigo 8º, e a Lei nº 10.833/03, em seu artigo nº 10, que as Pessoas Jurídicas imunes a impostos ficam sujeitas ao regime cumulativo das contribuições.

Assim, por não haver tratamento específico, as Pessoas Jurídicas isentas, como a Conectas, se sujeitariam ao regime não cumulativo e, portanto, deveriam tributar suas receitas financeiras conforme o Decreto nº 8.426/2015, que traz as alíquotas de 0,65% para PIS/PASEP e 4% para COFINS. Visto que, conforme artigo 13 da Medida Provisória nº 2.158-35/01, a contribuição para o PIS/PASEP de entidades isentas é calculada sobre a folha de salários, somente ocorreria a apuração de COFINS sobre as receitas financeiras das entidades isentas.

A Conectas optou por discutir judicialmente o tributo com base em orientação de seus advogados, por meio de mandado de segurança preventivo, com pedido de liminar inaudita altera parte, tendo como base:

- Inconstitucionalidade da instituição do tributo;
- Da imunidade, respaldada no 195, § 7ª da Constituição Federal, amparada pelo artigo 3º da Lei nº 8.742/93 (Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS).

Não obstante, a Conectas efetuou provisão no valor de R$ 248.539 (em 2021 - R$129.848), conforme balanço patrimonial – passivo não circulante - “Depósitos Judiciais” para o devido recolhimento em juízo enquanto aguarda o resultado da discussão judicial.

14. Outras informações

(a) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Conectas não efetuou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos;

(b) A Conectas não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes pós sua saída ou plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações;

(c) Conectas possui Seguro D&O desde 26 de fevereiro de 2016, que compreende o pagamento a título de perdas e danos, devido a terceiros pelo Seguro em decorrência de ato ou fato, pelo qual seja responsabilizado, reclamado e/ou notificado durante o período de vigência da apólice, ou, quando expressa contratualmente previsto, em data anterior compreendida no período de retroatividade de cobertura, desde que o segurado tenha comunicado a seguradora durante o período de vigência do seguro e que o terceiro tenha a ele apresentado sua reclamação, durante a vigência da apólice ou durante o período complementar ou suplementar se adquirido pelo segurado. O âmbito de cobertura é mundial, com as seguintes coberturas adicionais:

- Cobertura para processos judiciais, administrativos ou arbitrais, incluindo, mas não limitando, à responsabilidade cível, consumerista, previdenciária ou criminal;

DocuSign Envelope ID: 6F5C302C-4EA4-4A3E-8383-BD0026D0E767

- Custos de investigação conduzida por órgão governamental;
- Reclamações relacionadas à responsabilidade tributária;
- Práticas Trabalhistas Indevidas (EPL);
- Erros e omissões na prestação de serviços profissionais e falha dos produtos;
- Custos de Defesa para Multas e Penalidades;
- Processos de Bens e Liberdade;
- Bloqueio e indisponibilidade de bens;
- Reclamações movidas por uma pessoa segurada;
- Reclamações movidas pelo tomador, organizações ou entidades externas;
- Custos incorridos em processos de extradição;
- Reclamações por dano material e corporal;
- Reclamações por dano moral;
- Cobertura automática para novas subsidiárias;
- Cobertura para processos já existentes contra PJ que venham a recair, durante a vigência da apólice, contra os administradores em função da desconsideração da personalidade jurídica;
- Cobertura para custos de defesa para reclamações relacionadas à concessão de Garantias pessoais (Aval e Fiel depositário);
- Custos emergenciais;
- Proteção da imagem pessoal (Despesas de Publicidade);
- Cobertura para Inabilitação
- Eventos extraordinários com reguladores;
- Gerenciamento de crises.

15. Eventos subsequentes

Não observamos nenhum evento subsequente entre o encerramento contábil e emissão deste documento que ensejasse menção nestas notas explicativas.

DocuSigned by:
Camila Lissa Asano
FB34A080A4BF404...

Camila Lissa Asano
Diretora Executiva

DocuSigned by:
Kelvin Nobre Oliveira
0967A62587D048B...

Kelvin Nobre Oliveira
Contador
CRC: 1SP314009-O/0 - SP
CPF: 379.715.758-40